

# Câmara Municipal de Barueri

São Paulo

Fls : N° 24  
Proc: N° 280/99

BARUERI

Anos  
1949 - 1999

348

Câmara Municipal de Barueri  
Protocolo nº 1423  
Livro nº 036  
Barueri 14.09.99  
13:05

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**REDAÇÃO FINAL** ao Projeto de Lei nº. 30/99, de autoria do Chefe do Executivo Municipal, que "dispõe sobre Anistia de construções clandestinas ou irregulares"

### A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI DECR

**Artigo 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder, mediante anistia a regularização de edificações clandestinas ou irregulares do Município, observadas as disposições desta lei.

**Artigo 2º.** Poderão ser regularizadas uma ou mais edificações no mesmo lote, desde que atendidas as condições estabelecidas nesta lei.

**Artigo 3º.** Somente será admitida a regularização de edificações destinadas a usos permitidos na zona de uso estabelecida pela legislação de uso ocupação do solo.

**§ 1º.** Poderão também ser regularizadas as edificações que abriguem usos não conformes, desde que seja comprovado que à época de sua instalação o uso era permitido.

**§ 2º** Os acréscimos de área construída de edificações que, nos termos da legislação vigente, abriguem uso não conforme, em virtude de alteração de zoneamento posterior à sua instalação, poderão igualmente ser regularizados, desde que o uso e a edificação estejam de acordo com a legislação anterior à alteração.

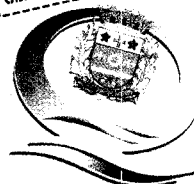
**Artigo 4º.** A anistia de que trata esta lei será concedida, ainda que a edificação não obedeça, quanto aos recuos, taxa de ocupação, índice de aproveitamento e demais requisitos, exceto quanto à metragem mínima do terreno, às normas das Leis Complementares nº 59, de 27 de outubro de 1997, e nº 4, de 12 de dezembro de 1991, com suas subseqüentes alterações.

**Artigo 5º.** Os pedidos de anistia de edificações exclusivamente residenciais com área de até 70,00m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), bem como as de fins religiosos e institucionais sem caráter lucrativo, terão dispensa do pagamento de emolumento e do Imposto Sobre Serviços.

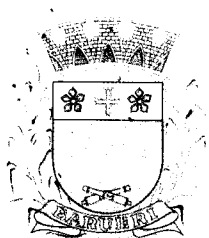
**Artigo 6º.** Em qualquer caso, para a regularização mediante anistia, além das condições contidas nos artigos anteriores, a edificação deverá observar os seguintes requisitos.

- a) apresentar condições mínimas de habitabilidade, higiene, segurança de uso e estabilidade;

CERTIFICADO DE QUALIDADE

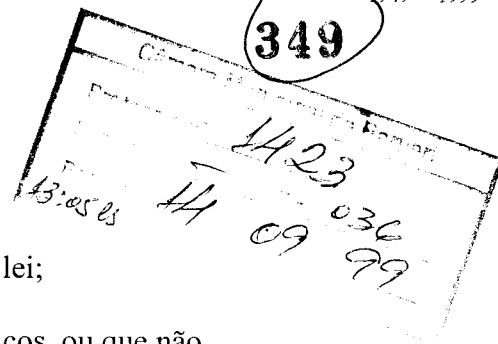


Rua do Paço, 50 - Centro - Barueri - SP - CEP 06401-090 - Fone (011) 7298-5333  
Internet: <http://www.camara.barueri.sp.gov.br> - email: [camara@barueri.sp.gov.br](mailto:camara@barueri.sp.gov.br)



# Câmara Municipal de Barueri

São Paulo



- b) ter sido concluída até a data da publicação desta lei;
- c) ser de alvenaria ou de material convencional,
- d) não estar localizado em lotes ou terrenos públicos, ou que não avancem sobre eles;
- e) não estar construída em faixas "non aedificandi" junto a rios, córregos, fundos de vale, faixa de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de energia de alta tensão, rodovias e estradas,
- f) estar edificada em lote que satisfaça as exigências da Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, no tocante à metragem mínima, salvo se comprovada sua existência antes da data da mencionada lei;
- g) possua vão de iluminação, ventilação ou insolação a mais de 1,00m (um metro) da divisa de outra propriedade, ou, não possuindo, tenha anuência expressa do titular do imóvel vizinho, desde que não haja construção obstruindo essa distância;
- h) tenha pé direito mínimo de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) para residências, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para comércio e próprios administrativos e 4,00m (quatro metros) para prédios industriais;
- i) satisfaça as exigências do Corpo de Bombeiros, no que toca à prevenção contra incêndio, tratando-se de construção de uso industrial, institucional, religioso, residencial plurifamiliar ou comercial, esta última com área acima de 750m²;

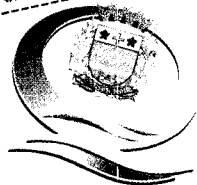
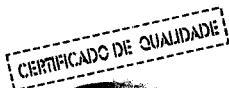
**Parágrafo Único** Os requisitos estabelecidos neste artigo deverão ser atestados em laudo técnico assinado pelo engenheiro responsável

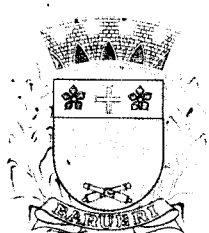
**Artigo 7º.** A Prefeitura poderá exigir obras de adequação para garantir a estabilidade, a segurança, a higiene, a salubridade e o respeito ao direito de vizinhança.

**Artigo 8º.** A regulamentação de edificações nos termos desta lei dependerá do protocolo de requerimento específico, instruído com o comprovante de recolhimento do Imposto Sobre Serviços, se for o caso, e com os demais documentos a serem estabelecidos em regulamento do Executivo Municipal.

§ 1º O prazo para o protocolo dos pedidos de anistia é de 3 (três) meses contados da data da publicação do regulamento da lei, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

§ 2º A Prefeitura fornecerá modelo padronizado do requerimento.





# Câmara Municipal de Barueri

São Paulo

3501

Anos  
1949 1999

§ 3º A planta de edificação objeto do pedido de regularização deverá estar assinada por profissional habilitado em engenharia civil, arquitetura ou técnico de segundo grau em edificações.

a) o técnico de 2º grau em edificações o que alude este parágrafo, poderá projetar e dirigir edificações de até 80 m2 de área construída que não constituam conjuntos residenciais, bem como realizar reformas, desde que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica.

§ 4º Após o protocolamento do pedido, a Prefeitura, pela Assessoria de Planejamento e Controle Urbanístico, efetuará vistoria, no prazo de 30 (trinta) dias, para constatar a existência da construção e suas condições de uso.

§ 5º A Prefeitura poderá criar programas de aproveitamento dos técnicos em edificações de 2º grau, preferencialmente alunos do Instituto Tecnológico de Barueri - ITB, que estejam regularmente inscritos junto ao CREA, visando a elaboração de planta com até 70,00 m2 desde que a finalidade seja de moradia popular e de única residência.

**Artigo 9º.** O disposto no §3º do artigo anterior não se aplica às edificações exclusivamente residenciais de um só pavimento com área de até 70, 00M2 (setenta metros quadrados).

**Artigo 10** O Executivo Municipal baixará, no prazo de 30 (trinta) dias, o regulamento desta lei.

**Artigo 11** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 12** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, 14 de setembro de 1999.

Câmara Municipal de Barueri	
Protocolo nº	1423
Livro nº	836
Barueri	14 09 99
15:0524	

**WAINE AMARO BILLAFON**  
Presidente

**MARIA ANGELA FARIA LOPES**  
Relatora

**JAQUES ARTUR MUNHOZ**  
Membro

Câmara Municipal de Barueri	
Aprovado em única discussão e votação. Ao Sr. Prefeito para sancionar, promulgar e publicar.	
Em	14 / 9 / 99
Presidente	

CERTIFICADO DE QUALIDADE

